



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de  
Apelação Cível nº 30.607, da Comarca de SERRO, sendo Apelantes:  
ULISSES ANTÔNIO DA SILVA, S/NULHER E OUTROS e Apelados: NICOLETA  
AUGUSTA DOS SANTOS E OUTROS.

A C O R D A, em Turma, a Terceira Câmara Ci-  
vil do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, incorporan-  
do neste o relatório de fls., e sem divergência na votação, ne-  
gar provimento à apelação, pelos fundamentos constantes das in-  
clusas NOTAS TAQUIGRÁFICAS, devidamente autenticadas, que ficam  
fazendo parte integrante desta decisão.

Custas, na forma da lei.

Belo Horizonte, 05 de agosto de 1986.

---

JUIZ CUNHA CAMPOS, Presidente e Revisor.

---

JUIZ CLÁUDIO COSTA, Relator.

---

JUIZ HUGO BENGTTSSON, Vogal.



TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 30.607

-

SERRO

-

01.07.86

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

"RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR."





NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. JUIZ CLÁUDIO COSTA:

"Conheço da apelação, por sua propriedade e tempestividade, e, dela conhecendo, nego-lhe provimento.

A prova produzida nos autos revela que autores e réus como condôminos têm posse comum sobre a área objeto do litígio. Ou melhor: da área objeto do condomínio, há partes de posse determinada e parte que é possuída em comum.

A demanda tem como causa de pedir o fato de os réus tentarem levantar uma construção justamente na parte da área possuída em comum.

Geraldo Felipe de Miranda, cujo depoimento está às fls. 45 TA, afirma:

"Que tais terras são ocupadas tanto pelos autores, quanto pelos réus."

Também o testemunho de Terezinha Maria de Jesus Silva:

"que a depoente é vizinha dos autores e dos réus há mais de 20 anos; ... que quem tem a posse são os autores e os réus no referido terreno; que tanto Olício e a Nicoleta des frutam desse terreno" (fl. 46).

Já a testemunha Cláudio Antônio dos Reis é mais contundente:

"que esse terreno é fechado pela D. Nicoleta; que o Sr. Olício também utiliza esse terreno, pois é também do bolo; que eles não dividiram o bolo" (fl. 46v.).

Não foge dos testemunhos anteriores o de José Francisco da Silva:

"que esse entremeio entre a casa do Sr. Olí-



cio e a construção embargada é desfrutada tanto pelos autores quanto pelos réus" (fl. 47).

No que toca aos depoimentos prestados pelas testemunhas arroladas pelos réus, nota-se a preocupação de se destacar a posse do Sr. Olício sobre a área objeto do litígio, mas isso não ficou claro, mesmo porque, diante do condomínio reconhecido, não se esclareceu de quem a posse exclusiva, como se pode ver do depoimento de Antônio de Paula Melo (fl. 48).

Ora, na verdade, a prova demonstrou que a posse da área objeto do litígio é comum, dela desfrutando autores e réus.

Se é comum a posse não podem os réus construir no local, sob pena de estarem excluindo a posse dos demais composuidores.

Tito Fulgêncio, com apoio em Lafayette e Ribas, acentuou que o condômino "somente pode exercer sobre a coisa atos possessórios que não excluam posse de outros compossuidores. Se, em vez de respeitar esse limite à sua atividade, o compossuidor embaraça a composse dos outros, contra ele cabe a ação de manutenção." (Da Posse e das Ações Possessórias, Forense, 4ª edição, pág. 116).

Por estas razões, mantenho a sentença, negando provimento à apelação.

Custas ex lege."

O SR. JUIZ CUNHA CAMPOS:

"a) Rejeito a preliminar de nulidade da sentença. Inexiste julgamento "extra-petita". À parte compete dar ao Juiz os aspectos materiais do fato jurídico. A qualificação jurídica das situações compete ao magistrado (conf. m/o objeto do processo e a posição do Judiciário, Rev. Brasileira de Direito





Processual, vol. 35, p. 15 e segs.). Dessarte se o Juiz manejou norma legal não invocada pela parte não infringiu a regra contida nos artigos 128 e 460 do CPC, porquanto decidiu dentro da situação concreta desenhada no articulado no libelo. Quanto ao manejo do artigo 920 do CPC, já quando da audiência de justificação, o mesmo atende a jurisprudência dominante (Theotônio Ne-grão, CPC e legislação processual em vigor, 16ª ed., S.Paulo, 1986, nota 8 ao art. 920, p. 328).

<sup>Merito.</sup>  
b) Está em que desmerece censura a solução adotada na sentença.

A própria linha adotada na contestação convence-me que os apelantes nunca exerceram posse exclusiva da área onde pretenderam construir. Na realidade os contestantes no item "I" de sua peça de contrariedade afirmam a existência de um condomínio (fl. 28).

De outra face a prova testemunhal ampara as conclusões da sentença, tudo a mostrar ter o aresto se orientado dentro de uma recomendável linha de prudência.

Anoto, por fim, que a alegação dos demandados relativa à pertinência de nunciação de obra nova e descabimento da possessória contém, a meu aviso, apenas uma posição formalista.

Ao recurso nego provimento. Paguem os apelantes as custas."

O SR. JUIZ HUGO BENGTTSSON:

"Induvidoso o condomínio existente entre AA. e RR.

Todavia, é de se ver que cada qual mantém sua posse individualizada.

Realmente,



"O que torna viável o manejo dos interditos possessórios não é a maior ou menor extensão da área ideal de propriedade de cada um dos condôminos da coisa indivisa, mas o pleno exercício do poder de fato, elemento tipificador da posse, sobre área certa e devidamente localizada" (RJTAMG, 18/266, Agr. Instr. nº 3.596, Rel. Juiz Abel Machado).

E a área ocupada pelos AA. está toda ela delimitada, caracterizada.

Tentaram os RR. modificar o uso da coisa comum, praticando, assim, sem a menor réstia de dúvida, turbação à posse dos AA.

Acompanhando, no mais, os votos que me antecederam, nego provimento."

O SR. JUIZ PRESIDENTE:

"NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO."